

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**NOVOS PERSONAGENS NO ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre a
expansão da educação superior no Piauí****NEW CHARACTERS IN HIGHER EDUCATION: a study on the expansion of higher
education in Piauí****Willame Carvalho e Silva¹****RESUMO**

Neste artigo, abordamos a expansão da educação superior no Piauí, com ênfase na política pública Programa Universidade para Todos (PROUNI), que proporcionou uma ampliação nas vagas para jovens provenientes das classes populares no período compreendido entre 2009 e 2019. Com base na pesquisa bibliográfica e utilizando a estratégia metodológica de coleta de dados dos relatórios e dados estatísticos, evidencia-se um processo de descontinuidade no contexto do período estudado, identificando uma ruptura no que tange à disponibilização de vagas no principal instrumento de acesso à educação superior por parte de jovens oriundos das classes populares. Observa-se, ainda, uma tendência de concentração de oportunidades no que tange à diversificação de cursos ofertados. Enquanto na capital, são ofertadas maioria das vagas disponíveis, as demais vagas ficam pulverizadas ao restante dos demais municípios do interior.

Palavras-chave: Programa Universidade para Todos; expansão; democratização; Educação Superior.

ABSTRACT

In this article, we address the expansion of higher education in Piauí, with an emphasis on politics public University for All Program (PROUNI), which provided an expansion in vacancies for young people from the popular classes in the period between 2009 and 2019. Based on bibliographical research and using the methodological strategy of data collection from reports and statistical data, a process of discontinuity is evident in the context of the period studied, identifying a rupture in terms of the availability of places in the main instrument of access to higher education for young people from the popular classes. There is also a tendency towards concentration of opportunities regarding the diversification of courses offered. While in the capital, majority of the

¹ Universidade Federal do Piauí (UFPI) <https://orcid.org/0000-0002-8974-1619>.

available vacancies are offered, the remaining vacancies are spread across the rest of the other municipalities in the interior.

Keywords: University for All Program; expansion; democratization; College education.

1 INTRODUÇÃO

Uma abordagem científica no campo das políticas públicas de expansão da educação superior propõe descortinar aspectos negligenciados no momento de pensar as políticas públicas de expansão da educação superior nos territórios e nos espaços específicos.

Nos anos de 1990, sob a égide do Plano Real no Brasil e de um governo tendo à frente o Partido da Social-Democracia Brasileira, de caráter neoliberal, do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002) implementou na Educação Superior uma política privatista e liberal de expansão e ampliação de vagas a partir das recomendações e propostas dos organismos internacionais, acompanhando a onda global de fortalecimento da Instituições de Ensino Superior, numa perspectiva de mercado, de expansão de vagas no âmbito privado.

Um pouco antes, na própria Constituição de 1988 do Brasil, denominada Constituição Cidadã, há um fortalecimento da necessidade de apresentar o país como terra de oportunidade, tendo a educação superior como elemento fundamental para seu pleno desenvolvimento, inclusive para as regiões com índices reduzidos de Instituições de Ensino Superior, seja pública ou privada, criando fortes movimentações para a promoção de iniciativas das mais diversas nesta área. No ano de 1990, o Brasil possuía 1.540.080 de estudantes matriculados no ensino superior, sendo 961.455 em IES privadas e 578.625 em IES públicas.

A educação superior assume uma dimensão inovadora no Piauí, no momento do despertar para sua escassez nos espaços públicos, com ausência de universalização, tal bem alardeada por todos, principalmente nos espaços periféricos e distantes.

As fontes documentais da pesquisa são essencialmente as bases em dados oficiais, a partir dos Dados Abertos do Governo Federal no período de 1990 a 2020. O levantamento de dados foi obtido por meio de microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Objetivou-se realizar um mapeamento entre modalidade de ensino (presencial e a distância), tipo de ensino (público ou privado) e aspecto ligado à centralidade geográfica (capital - interior) visando uma compreensão de como tal política pública pode ser promotora de

inclusão de grupo ou classes possuindo um potencial contributivo para a compreensão do funcionamento da educação superior no contexto do Piauí.

2 LDB E A EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), de 20 de dezembro de 1996, foi, depois da constituição de 1988, o arcabouço legal que promoveu uma verdadeira reestruturação no modo de pensar e fazer o ensino superior no Brasil desde sempre. Alterações significativas foram implementadas a partir de então, modificando o modo de trabalhar a educação superior. Questões como a introdução de mudança no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de produção do trabalho acadêmico, que produz transformações no campo universitário, alterando de vez a identidade das instituições de ensino superior (Catani e Oliveira, 2002, p. 77)

Para Catani e Oliveira, a base legal que veio no bojo da CF/88 e na Lei 9394/96, promoveu uma completa reestruturação da educação superior no país, em um processo que restringiu (e metamorfoseou) a atuação da esfera pública e ampliou a ação do setor privado, alterando de maneira significativa a identidade da IES, procurando tornar a educação um bem ou “produto”, que os “clientes” adquirem no mercado universitário (Catani e Oliveira, 2002, p. 88).

No período de 1990 a 2005, uma diversidade de eventos fez o ensino superior se transformar em espaço de debates de transformações no contexto da educação como um todo, tanto no que se refere aos espaços públicos como privados. Porém, a ênfase para o período foi concentrada no Ensino Superior Privado, permanecendo as Instituições de Ensino Superior Públicas esquecidas e até mesmo ameaçadas de privatização.

Em seu art. 205º, a Constituição de 1988 estabelece, dentre outras coisas, que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2022, p. 37).

A ênfase que a Constituição de 1988 deu à Educação, desencadeou diversos movimentos para a busca pela educação em todas as esferas. É a partir dela que muitas iniciativas no campo da educação tomam forma, tais como: Implementação do Plano Nacional de Educação (Art. 214), visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, legislação que define e organiza todo

o sistema educacional brasileiro, sancionada em dezembro de 1996 (Lei 9394/96), pelo então presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O antropólogo Darcy Ribeiro, então Senador da República, teve um papel significativo, ao apresentar um substitutivo para a LDB que estava em discussão no Senado. Apesar de alguns avanços na nova Lei, como vagas para todos os estudantes de 7 a 14 anos, Criação do Fundef, estabelecimento de carga horária mínima de 200 dias letivos, a fixação do Plano Nacional de Educação (PNE), as disputas entre recursos públicos em espaços privados dominaram o debate no contexto da educação, por conta da onda neoliberal que assolava a gestão do presidente FHC.

2. EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ

O ato de expandir significa tornar-se maior, exterior, alargado, mais amplo, mais dilatado. Aumento do espaço ocupado por algo. Alargamento, ampliação. Além de tais significados, a palavra expansão, do latim, *expandere*, possui o sentido de alargar, esparramar: EX – fora + PANDERE espalhar, esticar, podendo ser utilizado como movimento para além de. (FERREIRA, 2020).

No Piauí, de 1972 a 1984 o espaço do ensino superior era exclusividade da Universidade Federal do Piauí, selecionando um público privilegiado, que possuíam o ensino médio e eram aprovados nos exames do vestibular.

A partir de 1984, com a criação da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Estado do Piauí – FADEP, órgão que deu suporte para a criação da Universidade Estadual do Piauí (Lei 3.967/84 e Decreto 6.096/84) os primeiros passos para o alargamento da educação superior no Piauí foram dados. Tal fundação surge com o propósito de qualificação de pessoal docente para o ensino básico, com o funcionamento dos cursos de Letras, Biologia, História, Geografia, Física, Química e Matemática. O curso de Administração foi lançado, visando a qualificação de pessoal técnico para a gestão da máquina do Estado.

Em 1985 foi fundada a primeira Instituição de Ensino Superior Privada, o CESVALE, Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba, voltado para as áreas de Contabilidade (1985), Administração (1996), Secretariado Executivo (1998) e Direito (2006).

O conceito de interiorização remete ao período colonial, com a necessidade de ocupação de espaços e territórios além do litoral e da costa brasileira. O Piauí, estado do Nordeste

Brasileiro, territorialmente e geograficamente forjado no espaço do interior do país, estando assim fora do eixo costa/litoral, possui sua capital no interior do Estado, ou seja, sua centralidade está no interior. Teresina, capital do Piauí, possui sua centralidade no interior. Interiorizar significa romper com a centralidade da capital do Estado, chegar à periferia, alcançar as regiões com pouca oferta ou nenhuma política pública de educação superior. O movimento mais efetivo de expansão e interiorização da educação superior no Piauí só ocorreu de forma sistemática já nos primeiros anos do século XXI, com algumas características singulares.

4 O PIAUI E O ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO DA TERRITORIALIDADE

A expansão do ensino superior no Piauí não ocorreu de forma sistemática, homogênea e linear no período compreendido entre 2005 a 2020; ao contrário, enquanto o sistema público sofreu um constrangimento entre 2006 a 2010, por conta da Política Pública do REUNI e política de cotas; na esfera privada, o impacto se estendeu durante todo o período estudado, por conta de iniciativas estatais, promovidas pelo FIES e PROUNI.

Com 251 mil quilômetros quadrados, o Piauí, localizado no Nordeste Brasileiro possui Cidades distantes quase 1200 km uma da outra. Teresina, capital do Estado, concentra 60% dos cursos superiores e das vagas ofertadas, bem como das bolsas de estudos junto a políticas públicas de acesso ao ensino superior, como o Prouni e o Fies.

Para alguns estudantes, a distância para o acesso à educação superior na capital chega a 844 km, como é o caso da cidade de Corrente, sul do Piauí. Caso o mesmo estudante opte por frequentar um curso no litoral (Parnaíba), terá que se deslocar 1167 km. Tal constrangimento territorial vem alinhado a outros, tão emblemático como este. Trata-se da mercantilização da educação superior.

Em 2019, das 136 mil matrículas existentes em curso superior no Piauí, 102 mil estavam em cursos presenciais (75,2%), enquanto 33,8 mil estavam em cursos a distância (24,8%). Do total das 102.436 presenciais, 60.397 estão em instituições privadas e 42.039 em instituições públicas. Quanto à Educação a Distância, 25.091 estão em instituições privadas e 8.741 estão em instituições públicas. (SIMESP, 2021).

O constrangimento está relacionado à questão geográfica e espacial. Das 102.436 matrículas no ano de 2019, 69.956 estava presente na região centro norte do estado, onde fica a capital e a grande região de Teresina, ou seja 68,29% de todas as matrículas do estado do Piauí

ficaram concentradas na região centro norte, ficando apenas 31,71% restantes com a responsabilidade de atender as demais regiões.

Aliado a isso, a capital possui maior oportunidade de acesso. Com quase metade das vagas abertas nas mais diversas instituições públicas e privadas, o candidato assume um risco menor de ser excluído do processo de seleção, já que há a limitação de vagas nos campi do interior. Ou seja, quanto mais distante do centro das decisões, mais dificuldade surge para o acesso e permanência no ensino superior no Piauí. (SEMESP, 2021).

Políticas públicas de acesso ao ensino superior no Piauí, assim como no restante do país, foram implementadas com mais intensidade a partir dos anos 2000, nomeadamente na gestão do Ministro da Educação do Governo FHC, Paulo Renato (1995 - 2003) e do Ministro da Educação do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad (2005 – 2012).

Interiorização, expansão, oferta de bolsas de estudos, políticas de cotas, financiamento estudantil, investimento em universidades públicas (Reuni, Expandir), são algumas das políticas públicas que contribuíram para alteração nos índices de crescimento da educação superior no Brasil e acesso significativo de jovens oriundo das classes populares ao ensino superior. Porém, alcançar a excelência e o ideal de educação está longe de alcançar a excelência.

A crise no acesso à educação superior expõe uma desigualdade de oportunidades no mundo contemporâneo. Todos os agentes envolvidos na política de educação superior assumem suas responsabilidades. As políticas públicas implementadas nos últimos 15 anos contribuíram com a redução das desigualdades de oportunidades, abrindo o debate para a necessidade de avançar mais e mais na ampliação de vagas para um público excluído de frequentar os bancos das escolas superiores, até pouco tempo exclusivo para uma elite privilegiada.

4 FLEXIBILIZAÇÃO DA OFERTA DO ENSINO SUPERIOR: MOBILIDADE ESPACIAL

As mudanças ocorridas no espaço da Educação superior no Piauí, iniciada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, alterou de forma significativa o sistema de educação superior local, promovendo uma reestruturação no modo de pensar a educação superior no estado. Seguindo iniciativas de políticas públicas de valorização da educação superior partindo do governo Federal, o Piauí promoveu, a partir dos primeiros anos do século XXI, uma série de Políticas Públicas visando a inserção de membros oriundos das classes

populares nos espaços da Educação Superior pública e privada de ensino, como é o caso do PROUNI, Reuni, Fies, UaB, UaPI, políticas de cotas etc.

Aos poucos, tais iniciativas de promover um processo de expansão, diversificação e interiorização da educação do ensino superior no Piauí permite uma lenta e gradual modificação do público com acesso ao referido sistema de ensino, privilegiando, também, aqueles oriundos das classes populares.

5 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, UM DESAFIO PARA O NOVO MILÊNIO

A educação superior no Brasil nos últimos 10 anos (2009 - 2019) cresceu de forma significativa. No Piauí, estado localizado no Nordeste Brasileiro, tal crescimento assume proporções bem maiores, por conta do pouco investimento em educação superior no estado. Uma série de políticas públicas que foram implementadas, visando o alargamento do sistema de ensino superior e a inserção de jovens das camadas populares nos espaços da educação superior.

Quadro 1: Expansão Da Educação Superior Presencial Piauí 2009 - 2019



Fonte: SEMESP 2021

Tanto na esfera pública como na esfera privada, verificou-se uma série de Políticas Públicas de acesso à Educação Superior, principalmente voltados para jovens das classes

populares, oriunda principalmente do Governo Federal, oportunizando o acesso e permanência em IES, alterando de forma significativa seus horizontes de formação de profissionalização. O acesso ao ensino superior a milhares de jovens até então impossibilitados de tais oportunidades oportunizou uma mudança significativa no que tange à profissionalização e acesso a emprego e vagas de trabalho.

Evidencia-se, nos dados do quadro acima que em 2009, a educação superior pública ocupava espaço maior que as IES privadas. Com o passar dos anos e através de políticas públicas de incentivo à implementação de bolsas de estudos em IES privadas, tal segmento ganha uma dimensão significativa, ultrapassando as matrículas em IES públicas e se consolidando como o segmento com maior público estudantil no Estado do Piauí. (FIES, PROUNI etc.).(SEMESP, 2021)

No Piauí a expansão e diversidade tem maior expressão no contexto da capital (Teresina) e no contexto do ensino privado. No interior, a expansão acontece de forma menos significativa na periferia do estado, com uma concorrência em relação ao centro norte do Estado, onde se concentra a maioria das matrículas da educação superior, restringindo assim a igualdade de oportunidade e equidade. (SEMESP, 2021).

Os dados obtidos no contexto da Educação Superior dão conta de uma política educacional tendencialmente privatista, em detrimento de ações voltadas para a valorização da educação pública, presente nos espaços da capital e interior, mas sem as dimensões obtidas no contexto do ensino privado, fruto de políticas públicas voltadas para a valorização da educação privatista.

6 CONCLUSÃO

O debate no campo da expansão e interiorização da Educação Superior sofre influência direta das políticas públicas promovidas pelo Governo Federal no que se refere a ações voltadas para a promoção de acesso a jovens provenientes das classes populares, como é o caso do Prouni (Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005) a Universidade Aberta do Brasil (Decreto 5.800, de 8 de Junho de 2006), o REUNI (Decreto 6.096, de 24 de Abril de 2007), Programa Universidade Aberta do Piauí (Lei 7.060/2007) e a políticas das cotas (Lei 12.711/2012),

As políticas públicas de expansão, interiorização, acesso e permanência do ensino superior no Brasil/Piauí sofreu um processo de descontinuidade ao longo dos anos. Evidencia-se um crescimento de vagas e oportunidade de acesso ao ensino superior, incentivadas por

políticas públicas, como o FIES e PROUNI, voltada para o segmento privado, ocasionando um crescimento nas matrículas em instituições privadas em detrimentos das IES públicas, relegando as oportunidades de acesso de vagas no principal instrumento de ascensão de oportunidades de mudanças de vidas para jovens oriundos das classes populares à educação superior privada. A principal política pública de acesso e permanência de jovens oriundos das classes populares surgidas no Brasil no século XXI (o PROUNI), promove uma concentração de vagas no espaço territorial no contexto geográfico espacial na região centro norte do estado, onde fica a capital, Teresina. O restante fica pulverizada principalmente nas cidades periféricas no Norte, Sudeste e Sudoeste do Estado..

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. INEP. Censo da Educação Superior, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados/>

BRASIL. **Ministério da Educação**. INEP. Censo da Educação Superior. 2022

BRASIL. **Ministério da Educação**. PROUNI: Dados Abertos. Brasília, 2024. Disponível em <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/mec-prouni>

CATANI, Afrânio Mendes. OLIVEIRA, João Ferreira. **A Educação Superior**. IN: OLIVEIRA, Romualdo; ADRIÃO, Theresa. Organização do Ensino no Brasil. São | Paulo: Xamã Editora, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da portuguesa**. 3ed. Curitiba: Editora Positivo, 2120.

PIAUI. **Fundação CEPRO**. Piauí em Números. Teresina, CEPRO, 2019. 11. Ed. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/piemnumeros.php>

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior 2019**. Piauí. São Paulo. Semesp. 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/piaui/#:~:text=Com%20um%20PIB%20de%2050,estado%20est%C3%A3o%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20privadas.>